

EQUADOR, PAÍS AMAZÔNICO: um exame do discurso militar sobre a Amazônia e a integridade territorial do Equador

Adriana A. Marques¹

Introdução

O bombardeio a um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano pelas forças militares da Colômbia, em 2008, é visto como um marco nas relações político-militares entre os países sul-americanos pelo impacto que teve no relacionamento (já tenso) entre o governo colombiano – conduzido na época por Álvaro Uribe - e dois de seus vizinhos, a Venezuela e o Equador, e por ter impulsionado, em certa medida, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano². Se os reflexos externos do bombardeio ao território equatoriano já foram bastante discutidos, muito pouco foi dito a respeito de como este episódio impactou as Forças Armadas do Equador.

Este texto analisará a importância material e simbólica do território amazônico para os militares equatorianos examinando o discurso castrense sobre a Amazônia e suas interconexões com: (1) a reformulação da identidade institucional das Forças Armadas equatorianas após o conflito no Alto Cenepa, em 1995; (2) a definição de quais devam ser as principais missões das Forças Armadas equatorianas na atualidade. Para a elaboração deste texto foram utilizados artigos de revistas militares equatorianas, vídeos institucionais das Forças Armadas do Equador e do Peru, reportagens televisivas sobre o conflito no Alto Cenepa, e uma bibliografia que trata das disputas fronteiriças entre o Equador e o Peru e das relações entre as Forças Armadas equatorianas e as comunidades indígenas que vivem na Amazônia.

¹ É mestre em Ciência Política pela UNICAMP e doutora em Ciência Política pela USP. Atualmente é bolsista do Programa Pró-Defesa na EBAPE/FGV-Rio e professora da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

² É importante destacar que não há consenso na bibliografia sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) acerca do real peso do bombardeio de 2008 no processo de criação do órgão. Sobre a criação do CDS ver Medeiros (2010).

1. O papel da Amazônia na construção da identidade institucional dos militares equatorianos

Entre os países que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - órgão criado em 1998 para fortalecer e implementar os objetivos de um tratado assinado em 1978 pelos países que exercem soberania sobre a Amazônia³ – dois se destacam por terem na Amazônia um símbolo mobilizador da nacionalidade: o Brasil e o Equador. Nestes dois países, a Amazônia está intimamente ligada à ideia de integridade territorial e cobiça internacional, especialmente para suas Forças Armadas⁴. No caso específico do Equador, o discurso em defesa da Amazônia equatoriana e o desejo do país em ser reconhecido por seus vizinhos como um país amazônico são fatores que contribuíram para a criação de uma rica mitologia que é compartilhada pelos militares e pela elite política do país. A seguir discutiremos alguns temas recorrentes no discurso militar equatoriano sobre a Amazônia.

1.1. Mito de origem e configuração territorial do Equador

A frase “o Equador é um país amazônico” é emblemática. Ela está presente em papéis timbrados de órgãos governamentais equatorianos⁵ e costuma ser repetida em eventos públicos⁶ nos quais se relembram as contendas fronteiriças entre o Equador e o

³ O Tratado de Cooperação Amazônica foi proposto pelo Brasil aos países que compartilham a floresta amazônica em 1977, e celebrado em 03 de agosto de 1978. São signatários do Tratado os seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Trata-se de um documento de conteúdo mais político do que técnico ou jurídico uma vez que seu principal objetivo foi de salvaguardar o domínio territorial. O presidente Geisel (1974-1979), no ato de assinatura do Tratado, deixou isso claro quando afirmou que “os países que dividem o território entre si – e ninguém mais – têm a exclusiva responsabilidade sobre o seu desenvolvimento”. Nas palavras de um analista, criava-se a “Amazônia para os amazônidas”, e, por isso a Guiana Francesa foi excluída do TCA (Torrecuso, 2004:56-57).

⁴ Para uma discussão mais detalhada a respeito do pensamento militar brasileiro sobre a Amazônia, ver: Marques (2007). Para uma breve análise sobre o que pensam os militares dos outros países amazônicos, ver: Marques (2010).

⁵ Há uma variante desta frase impressa no papel timbrado da embaixada equatoriana no Brasil: “O Equador foi, é, e sempre será um país amazônico”. No início de uma entrevista de pesquisa que fiz com um militar equatoriano, ele me chamou atenção para esta frase enquanto falava da importância da Amazônia para o seu país.

⁶ Como no discurso que o então presidente Jaime Róldos Aguilera (1979-1981) fez, em 24 de maio de 1981, no estádio olímpico Atahualpa. No pronunciamento, o presidente Róldos enalteceu o “Equador heróico da Cordilheira do Condor”, o “Equador eterno e unido na defesa de sua unidade territorial, este Equador amazônico, desde sempre e até sempre (Once Años de Paz, 2010)”.

Peru⁷. Jack Child em seu *Miniature Messages* mostra um selo equatoriano, de 1961, que provocou um protesto diplomático do Peru:



A repetição deste mote tem como principal objetivo refutar a tese defendida por alguns círculos peruanos de que o Equador não é um país amazônico (Parodi, 2002:90) – e aqui a ideia de país amazônico está associada ao direito de ter acesso soberano ao rio Amazonas.

Adrián Bonilla lembra que a obsessão dos países andinos, e do Equador particularmente, em estender seu território até a Bacia Amazônica está relacionada a motivos de ordem geográfica e econômica que remontam ao século XVIII, quando Lima e Quito eram as colônias mais distantes da metrópole e o Amazonas era visto como a rota mais acessível para se atingir o mercado europeu (Bonilla, 1999). Para defender seu direito de ter acesso soberano ao rio Amazonas, os militares recorrem à

⁷ As contendas entre o Equador e o Peru em torno do território amazônico remontam à época da independência das colônias espanholas. O Peru cobiçava a madeira e os estaleiros de Guayaquil e invadiu a área duas vezes. Na primeira vez, quando a cidade portuária ainda era parte da Grã-Colômbia (1819-1830), os peruanos foram expulsos após a derrota na Batalha de Tarqui (1829) e firmaram o tratado de Guayaquil. Com a dissolução da Grã-Colômbia, o Peru considerou o tratado nulo e voltou a invadir a região na década de 1860, quando oligarcas equatorianos tentaram conceder terras na Amazônia para credores europeus em troca de dívidas contraídas (Mares, 2001:162). Desta vez os equatorianos foram derrotados, e o general Guillermo Franco assinou com os peruanos o Tratado de Mapasingue onde reconheceu o direito do Peru sobre o território em disputa na Amazônia e cancelou a concessão de terras aos britânicos, em troca, os peruanos reconheceram o general Franco como o “Líder Supremo de Guayaquil”. O congresso equatoriano rejeitou o acordo firmado pelo general Franco com o governo peruano e os dois países continuaram a disputa em torno da demarcação da fronteira (Bethell, 2001; Flores, 2008; Parodi, 2002). Em 1941, quando o Peru ocupou novamente o Sul do Equador com o intuito de solucionar definitivamente a disputa fronteiriça, os equatorianos somente aceitaram o Protocolo do Rio de Janeiro, considerado desvantajoso para o país, porque temiam que o Peru expandisse sua ocupação militar até Guayaquil (Marcella, 1999; Parodi, 2002). A paz “sem amizade”, firmada em 1942, e a posterior descoberta de que o rio Cenepa é maior do que supunha a cartografia dos anos 1940, levaram ao conflito militar do Alto Cenepa, em 1995.

configuração territorial da Audiência de Quito - da qual os construtores do estado equatoriano se consideram os legítimos herdeiros – e enfatizam que o território desta unidade colonial se estendia até as lindes das possessões portuguesas na Amazônia, somando uma área de 1.317.490 quilômetros quadrados, que foi sendo sucessivamente subtraída até chegar a atual área do Equador: 725.780 quilômetros. De acordo com esta narrativa, o Equador teria perdido aproximadamente dois terços do seu território original ao longo dos séculos (Marcella, 1999; Parodi, 2002).

Os militares equatorianos, aliás, vão além e buscam no período pré-colombiano a origem do atual território do Equador e das contendas com o Peru. Para tanto, eles retomam e reelaboram as teses apresentadas pelo padre jesuíta Juan de Velasco em sua *Historia del Reino de Quito*. Nesta versão mítica da história, o Imperador inca Huayna Capac dividiu seu reino entre dois de seus filhos: Atahualpa, que vivia em Tomebamba, atual Cuenca, e Huascar, que residia em Cuzco. De acordo com a divisão proposta por Huayna Capac, Atahualpa governaria a parte norte do Império - que no passado havia sido o Reino de Quito⁸, do qual era herdeiro legítimo – e Huascar governaria a parte Sul do Império, mas Huascar não aceitou esta divisão e invadiu as terras que pertenceriam a Atahualpa. Começariam então as contendas territoriais entre Peru e Equador (Selmeski, 2007b).

A força desta narrativa é tal que ao longo das décadas ela vem sendo repetida e reforçada em diferentes contextos. Pastoriza Flores, por exemplo, recupera o episódio da divisão do Império Inca para explicar as disputas fronteiriças entre o Equador e o Peru na Amazônia em sua tese de doutorado em Ciência Política, escrita na década de 1920 (Flores, 1921). Mais recentemente, o ex-presidente Rodrigo Borja (1988-1992) recontou esse episódio quanto tratava da configuração do território equatoriano em um artigo escrito para a revista *Diplomacia, Estratégia e Política* (Borja, 2009).

⁸ Na *Historia del Reino de Quito*, escrita pelo padre Velasco, o Equador teria sido primeiramente habitado por um povo simples, os Quitus, que ocupavam a província de Pichincha, onde está localizada a capital Quito. Um povo mais sofisticado, os Caras, migraram da América Central para o Equador e conquistaram Quitus. Da fusão entre os Quitus e os Caras surgiu a Confederação Shyri. Os Shyri se uniram através de casamento com os Puruhaes e selaram alianças com os Cañaris, Caranquis e Palta, formando o Reino de Quito. Logo após sua formação, o Reino de Quito foi invadido pelos Incas. Os quitenhos (habitantes do Reino de Quito) resistiram à conquista e os militares equatorianos insistem que somente após o casamento da Princesa Pacha XVI - herdeira do Reino de Quito - com o inca Huayna Capac, os quitenhos se integraram definitivamente ao Império Inca. Da união entre Huayna Capac e a Princesa Pacha XVI, nasceu Atahualpa (Selmeski, 2007b: 163-164).

A história do Reino de Quito, as desavenças entre o “peruano” Huascar e o “equatoriano” Atahualpa⁹ e a antiga configuração da Audiência de Quito fazem parte do repertório de “lendas nacionais” que contadas nos quartéis para os soldados que estão fazendo o serviço militar obrigatório (Selmeski, 2007b), e estão presentes nos livros escolares equatorianos (Marcella, 1999; Parodi, 2002:90). Ademais, esses episódios estão fortemente ligados a outro poderoso mito territorial equatoriano: a “descoberta” do rio Amazonas.

1.2. Um rio, duas versões

Na versão peruana, a “descoberta” do rio Amazonas se deu durante uma guerra civil entre os conquistadores. Em julho de 1538, Diego de Almagro foi decapitado por se rebelar contra a decisão do padre Francisco de Bobadilla de deixar Cuzco sob o domínio de Francisco Pizarro. Três dias depois, em junho de 1541, Francisco Pizarro foi morto por seguidores de Almagro. Em meio a luta por terra e poder, Gonzalo Pizarro iniciou, em 1539, uma expedição que partiu de Cuzco à procura da “terra da canela” e o levou à Quito. Lá chegando, ele requisitou a ajuda de Francisco de Orellana, fundador de Santiago de Guayaquil. Seguindo o rio Coca, os conquistadores começaram sua marcha floresta a dentro. Depois de vários meses de viagem e com os estoques de comida diminuindo, muitos ficaram doentes. Orellana então propôs levar consigo alguns homens para procurar comida rio abaixo. Pizarro concordou sob a condição de que Orellana retornasse após doze dias, mas Orellana nunca mais voltou. Ele continuou rio abaixo pelo Coca e o Napo. Em 12 de fevereiro de 1542, Francisco de Orellana e seus homens “descobriram” o rio Amazonas. As correntes do rio levaram os

⁹ Na versão dos militares equatorianos sobre a disputa entre Huascar e Atahualpa, o último é sempre representado como o filho predileto do Imperador Huayna Capac, um menino extraordinário que foi educado pela mãe, a Princesa Pacha, para ser justo, honrado, respeitar e amar todos os seus vassallos (Selmeski, 2007b:164). É importante frisar que no imaginário militar equatoriano, a Pátria não é apenas uma Mãe metafórica, como a figura da Princesa Pacha sugere, mas uma mulher virtuosa, pacífica, paciente e persistente que foi constantemente martirizada por vizinhos agressivos e expansionistas. Neste quadro, os brasileiros e colombianos são retratados como oportunistas que “enganaram” a pátria-mãe e o Peru é tido como o seu principal algoz. No discurso dos militares equatorianos, a agressão peruana “desmembrou”, “penetrou” e “violentou” a pátria-mãe: “a Mãe tem sido repetidamente violentada pelos peruanos expansionistas, começando com a Conquista e seguindo até a Guerra do Cenepa”. Ao descrever as incursões militares peruanas em território equatoriano como ataques à mãe-pátria através do uso de termos com forte conotação sexual, os militares fazem com que o orgulho nacional deixe de ser um conceito efêmero e abstrato e se transforme em uma motivação tangível e atrativa em tempos de paz (Selmeski, 2004:110).

conquistadores para o leste por vários meses até que eles chegassem ao oceano Atlântico em 26 de agosto. Durante toda a jornada pelos rios amazônicos Orellana e seus homens foram atacados por indígenas que atiraram flechas envenenadas neles.

Na versão equatoriana da “descoberta” do rio Amazonas, a expedição à “terra da canela” foi organizada em Quito, não em Cuzco. Francisco de Orellana não era subordinado à Gonzalo Pizarro e é apresentado como um conquistador independente no comando de sua própria expedição que, por coincidência, encontrou Pizarro em Quito. A expedição estava sendo bastante árdua para os dois homens, mas quando Pizarro sugeriu que eles deveriam desistir e regressar à Quito, Orellana decidiu continuar “porque regressar ofenderia sua dignidade castelhana”. Ainda segundo a versão equatoriana, Orellana descobriu o Amazonas em 12 de fevereiro de 1542 e teve que combater as tribos indígenas durante toda a jornada¹⁰ (Parodi, 2002:79-80).

2. O conflito no Alto Cenepa e a preparação dos militares equatorianos para combater na Amazônia

A vitória militar e o bom desempenho das tropas equatorianas no conflito no Alto Cenepa, em 1995, representam um ponto de inflexão na história militar do Equador. Pela primeira vez, os equatorianos venceram os peruanos no campo de batalha e não tiveram que ceder território em troca da paz. Também pela primeira vez, os peruanos foram obrigados a ceder um quilômetro quadrado de seu território para que os equatorianos construíssem um memorial de guerra. Além do efeito “catártico” da Guerra do Cenepa sobre as Forças Armadas equatorianas, o prestígio da instituição junto à população - que já era grande antes do conflito - aumentou depois da bem sucedida campanha militar. Outro grupo que viu seu prestígio aumentar depois da guerra foi o dos indígenas que vivem na área do conflito e combateram ao lado dos militares equatorianos em 1995: os guerreiros iwias. A partir da guerra do Cenepa, os combatentes de selva (iwias e tigres de selva) passaram a ser cultuados como exemplo de “amor pela pátria” e excelência profissional. Além de impedir as perdas territoriais

¹⁰ Em 2009, quando entrevistei oficiais da Marinha peruana e equatoriana, pedi que eles me contassem a história da “descoberta” do rio Amazonas, e eles reproduziram, de forma mais sucinta, as versões narradas acima.

na fronteira sul, com o Peru, os combatentes de selva são os responsáveis por proteger o Equador contra as ameaças não-estatais oriundas da fronteira norte, com a Colômbia.

2.1. O rio Cenepa e a Cordilheira do Condor

Para se entender o conflito de 1995, é preciso recuperar a disputa jurídica entre o Equador e o Peru sobre um território, montanhoso e inóspito, de 78 quilômetros, onde está localizada a Cordilheira do Condor. O Protocolo do Rio de Janeiro - documento firmado pelos dois países, como parte do acordo de paz após a guerra de 1941- não menciona a existência desta cordilheira. Ele também não leva em conta que o rio Cenepa é mais extenso do que a cartografia da região supunha nos anos 40¹¹. Devido a estas imprecisões geográficas, a diplomacia equatoriana tentou por mais de 30 anos anular o tratado de 1942. A disputa pela área do Alto Cenepa foi se acirrando ao longo das décadas, com a construção de postos militares e a tentativa de “recrutamento” para uma das partes das comunidades indígenas que vivem nas cercanias da cordilheira, como forma de assegurar a soberania sobre a região (Parodi, 2002:93). Em 1995, novamente uma imprecisão geográfica levou a um impasse que necessitou da mediação internacional para ser solucionado.

2.2. Tiwintza

Durante o Conflito no Alto Cenepa, em 1995, o posto militar de Tiwintza se converteu no objetivo militar mais cobiçado por ambos os exércitos. Os dois lados afirmavam ter tomado a área. Durante o processo de negociação da paz entre Equador e Peru, os países garantes (Argentina, Chile, Brasil e Estados Unidos) decidiram que o governo do Peru daria em propriedade privada ao governo do Equador uma área de um quilômetro quadrado em cujo centro se encontra o setor reconhecido no Equador com o nome de Tiwintza. A transferência da área realizou-se mediante escritura pública celebrada entre os dois países. Esta transferência não afeta a soberania do Peru sobre a

¹¹ Somente em 1951, uma expedição geográfica norte-americana determinou a verdadeira extensão do rio Cenepa (Bonilla, 1999).

área, mas o governo peruano não pode confiscá-la. A “tomada” de Tiwintza é atualmente uma das celebrações mais importantes do Exército equatoriano, um troféu de guerra que apaziguou o ânimo castrense, do lado equatoriano, e permitiu que as negociações de paz avançassem. Outro aspecto importante do processo de paz Equador-Peru foi a criação de parques naturais na região disputada: o *Parque Nacional Ichikag Muja Cordillera del Condor*, no Peru, o *Refugio de Vida Silvestre El Zarza*, a *Reserva Biológica El Quimi* e o *Parque Binacional El Condor*, no Equador. O principal problema desses parques são minas que foram lançadas de avião na mata fechada e que, devido as chuvas frequentes na região flutuam e mudam de posição (Parodi, 2002). Durante a visita do presidente Rafael Correa ao Peru em junho de 2010 foi anunciada a criação de uma unidade binacional de desminagem humanitária da Cordilheira do Condor (ANDES, 2010).

2.3. As relações “indigeno-militares” na Cordilheira do Condor

Como já foi dito acima, desde a “descoberta” do Cenepa, os militares equatorianos e peruanos intensificaram a presença na área como forma de defender o direito à posse legítima do território em disputa. Neste aspecto, pode-se dizer que o Equador foi mais bem sucedido que o Peru. A política de “fronteiras vivas” preconizada pelos militares peruanos, nunca foi posta em prática de maneira efetiva. Já os militares equatorianos afirmam estar sempre presentes na área protegendo e preservando esta porção da Amazônia, o que os permite, inclusive, serem guias para expedições científicas na Cordilheira do Condor, coisa que, segundo os equatorianos, os militares peruanos são incapazes de fazer (Parodi, 2002:92-93).

Outra estratégia utilizada pelos militares equatorianos para assegurar a soberania sobre o território em disputa com o Peru é a aproximação e a cordialidade com as comunidades indígenas que vivem na região. Se nas primeiras décadas do século XX, a principal política do Exército era “incorporar” definitivamente os indígenas que vivem na Amazônia à nação equatoriana, através de um serviço militar de caráter “civilizatório”. Nas décadas seguintes, esta política foi sendo flexibilizada de forma a permitir que os indígenas preservassem seus usos e costumes, desde que isso não prejudicasse sua eficiência militar. As derrotas militares frente ao Peru, em 1941 e 1981,

tiveram um papel fundamental na mudança da política institucional do Exército para os indígenas que vivem na fronteira com o Peru. A dificuldade em mobilizar os ex-conscritos na região somada à percepção de que os indígenas locais demonstravam um grande sentimento patriótico em relação ao território, fez com que o Exército passasse a cultivar relações mais estreitas com as comunidades indígenas e visse com bons olhos o processo de organização política dessas comunidades, capitaneado pelos religiosos salesianos que atuavam na área (Ortiz, 2006).

Esta visão positiva do processo de organização política autônoma dos indígenas mudou parcialmente em 1990, após um levante indígena. Pois se, por um lado, os militares entendiam que era preciso contar com uma população local organizada e pronta para o combate, em caso de conflito com o Peru, por outro, havia o temor de que os indígenas estivessem sendo influenciados por forças políticas contrárias aos interesses militares, que desejam contar com indígenas disciplinados e patriotas no território em disputa. Neste sentido, embora o discurso oficial enfatizasse que os programas militares voltados para as comunidades indígenas na Amazônia faziam parte de um esforço para aumentar o bem estar dos indígenas, em privado os oficiais confessavam preocupação com uma possível infiltração do Sendero Luminoso do Peru nas comunidades indígenas equatorianas.

Com o intuito de combater influências consideradas nocivas aos interesses castrenses, o Exército institucionalizou os esforços para “disciplinar” os indígenas amazônicos estabelecendo as Companhias de Ação Cívica e Reflorestamento, ainda em atividade. Estas companhias - inspiradas nas ações cívico-militares realizadas durante as campanhas contra-insurgentes - oferecem serviços de saúde, odontologia, educação, infra-estrutura e estimulam o desenvolvimento de micro-empresas nas comunidades indígenas até então negligenciadas pelo Estado.

A boa relação entre o Exército equatoriano e os indígenas que vivem na Cordilheira do Condor rendeu bons frutos, já que o apoio indígena foi fundamental para o sucesso militar equatoriano durante o Conflito no Alto Cenepa (Selmeski, 2007a: 55-56). Há também uma outra hipótese para a cooperação indígena com os militares no conflito de 1995. Carlos Parodi lembra que a demarcação da fronteira entre Equador e Peru após a guerra de 1941 dividiu o povo Shuar. Os líderes da CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), a poderosa associação indígena equatoriana,

argumentam que a proeminente participação dos indígenas no conflito de 1995 não deve ser entendida como o apoio dos indígenas à “guerra dos brancos”. Na percepção destas lideranças, os indígenas estavam na verdade lutando em defesa de seus direitos territoriais históricos. Ainda segundo Parodi, é possível especular que os indígenas juntamente com as organizações não-governamentais contribuíram para a criação de um parque ecológico binacional na zona do conflito (Parodi, 2002: 98-99).

2.4. Os soldados “iwias” e os tigres de selva

Os “iwias”, ou demônios da selva, são os correspondentes equatorianos dos “soldados índios” brasileiros. Assim como seus congêneres brasileiros, eles mantêm a tradição de saudar seus superiores em suas línguas maternas. Há mais de 20 anos eles fazem parte do Exército equatoriano. Os iwias servem durante 25 anos, passam 13 anos nas unidades de selva e 12 em outros departamentos. Nas patrulhas, na selva, os iwias vão à frente. Na guerra do Cenepa, estes soldados desempenharam um papel muito importante (Demonios de Seva, 2010).

No Equador o serviço militar é obrigatório para todos os homens de 18 anos, incluindo os indígenas. Brian Selmeski diz que os cidadãos equatorianos, os oficiais militares e os acadêmicos andinos costumam enfatizar a natureza obrigatória do serviço militar e explicar sua popularidade com os índios pelo status que ele conferiria aos conscritos dentro de suas comunidades. Também costumam ser lembrados: 1- a importância da *libreta militar* (documento que comprova o alistamento) 2- e a falta de emprego, ou seja, eles iriam para o Exército porque não conseguem encontrar outra ocupação. Para Selmeski, o serviço militar, embora imposto pelo Estado, é também uma arena onde jovens homens, seus pais, os soldados profissionais e os políticos astutos expressam e atuam sobre suas distintas, mas igualmente positivas estruturas discursivas. O serviço militar equatoriano é então bem sucedido como uma maneira de incorporar os índios dentro do Estado fisicamente (como recrutas) e ideologicamente (como cidadãos contemporâneos e “pais fundadores”) por três razões: 1- o particular estilo de multiculturalismo nacionalista do Exército; 2- a noção de formação pessoal; e o retrato metafórico da nação e do Exército como uma família (Selmeski, 2007b:156-157)

Além dos iwias, os guerreiros de selva equatorianos, conhecidos como tigres do Equador foram peça-chave na guerra do Cenepa e gozam de grande prestígio junto à população e ao Exército equatoriano. Uma reportagem em três partes exibida pela *TV Ecuador* é bastante representativa da percepção da sociedade equatoriana sobre estes combatentes e também da visão institucional que o Exército tenta passar à sociedade equatoriana sobre os seus guerreiros de selva. A visita dos jornalistas equatorianos às unidades de selva começa com uma série de palestras ministradas na *Escuela de Selva Y Contrainsurgencia “Capitán Geovanny Calles”*, na cidade de Cuenca, sobre as atividades do Exército na região e, particularmente após o ataque colombiano ao acampamento das FARC no Equador, os militares equatorianos enfatizam que estão patrulhando a fronteira norte com a Colômbia e combatendo os ilícitos transnacionais e os grupos armados irregulares que atuam na região.

A reportagem mostra o treinamento na escola de tigres e os “guerreiros amazônicos”, os soldados iwias que “manejam com a mesma destreza as sofisticadas armas modernas e as zarabatanas”. Os guerreiros de selva equatorianos, assim como os brasileiros, usam o grito de guerra “selva” e têm a reputação de serem os melhores soldados do Equador¹². A reportagem mostra o esforço do Exército equatoriano para desenvolver uma doutrina própria de guerra na selva e diminuir a dependência externa, essa preocupação é expressa, por exemplo, com as rações que são usadas pelos guerreiros de selva. Estas rações atualmente são americanas, mas o Exército está desenvolvendo sua própria ração.

Em seguida, os repórteres se dirigem a linha de fronteira com a Colômbia e sobrevoam a área que foi bombardeada pelos colombianos em 2008. O fato é descrito como o maior incidente militar e diplomático entre os dois países nos últimos tempos. Conversa-se com a população local, os militares desconfiam de um grupo que está muito próximo aos sete acampamentos da guerrilha que foram destruídos recentemente. Longe das câmeras, os militares dizem que a guerrilha mudou de estratégia e ao invés de construir acampamentos na selva está infiltrando guerrilheiros para viver como cidadãos comuns nos povoados equatorianos próximos à fronteira. Estes guerrilheiros

¹² O Equador tem enviado periodicamente soldados para estudar no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus. De 1967 a 2010, cinquenta e quatro equatorianos concluíram o Curso de Operações na Selva no Brasil. E o Brasil, desde 2002, envia militares para o curso de Tigres de Selva no Equador (Almanaque do CIGS, 2010).

avisam os grupos armados sobre a presença de militares equatorianos na selva com o barulho da motoserra. A patrulha encontra um acampamento abandonado pelas FARC há pouco tempo e mostram como a “cena do crime” pode ser usada pela inteligência: quantos guerrilheiros estiveram por ali, etc. A reportagem se encerra com um comentário sobre a importância do trabalho dos militares numa época “onde os inimigos não são mais tão fáceis de se identificar”¹³.

Finalizando, é importante frisar que a escola de selva equatoriana homenageia o capitão Calle, morto em combate no posto militar de Tiwintza, durante o conflito no Cenepa e está sediada em Cuenca, tida como a cidade natal do guerreiro “inca-equatoriano” Atahualpa. Estas duas referências, certamente não são fortuitas, e mostram a importância simbólica do conflito militar de 1995 para o Exército e a crescente valorização da herança pré-colombiana e, portanto, indígena nas Forças Armadas equatorianas.

Referências Bibliográficas

ALMANAQUE DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA – Centro Coronel Jorge Teixeira, ano 2010.

ANDES. *Agencia Pública de Noticias del Ecuador y Sudamerica*. Visita de Estado del Presidente Rafael Correa a Perú. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HUduvB02iUE&feature=related>>. Acesso em: 13 out. 2010.

BONILLA, Adrián. The Ecuador-Peru Dispute: The Limits and Prospects for Negotiation and Conflict. In: MARCELLA, Gabriel; DOWNES, Richard (Ed.). *Security cooperation in the Western Hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict*. Coral Gables, Miami: North-South Center Press, 1999.

BORJA, Rodrigo. Ecuador, perspectivas de um ex-Presidente. In *Diplomacia, Estratégia e Política*, n. 9, jan/mar. 2009.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FVG, 2006. Cap. 2, p.31-67.

CHILD, Jack. *Miniature messages: the semiotics and politics of Latin American postage stamps*. Duke University Press, 2008.

¹³ As referências completas das reportagens: Entrenamiento de Militares..., Primeira e Segunda Partes e Soldados Tigres estão nas referências bibliográficas.

DEAS, Malcom. A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência. In: BETHELL, Leslie (Org). *História da América Latina: Da Independência até 1870*, volume III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

DEMONIOS DE SELVA. Reportagem de Hector Cedenõ. ECTV Noticias. Quito, Jan. 2009: *Ecuador TV*. (01min 33s). Disponível em: <

<http://www.youtube.com/watch?v=CE3HifMFS08&feature=related>>. Acesso em 15 nov. 2010.

ENTRENAMIENTO DE MILITARES ecuatorianos em la frontera con Colombia – Primeira Parte. Reportagem de Félix Navaéz e Fernando Ehler, 08 fev. 2009. Quito: *TV Ecuador* (04min 15s). Disponível em:

<http://www.tvecuador.com/index.php?option=com_reportajes&id=971&view=showcanal>.

Acesso em: 15 nov. 2010.

ENTRENAMIENTO DE MILITARES ecuatorianos em la frontera con Colombia – Segunda Parte. Reportagem de Félix Navaéze Fernando Ehler, 08 fev. 2009. Quito: *TV Ecuador* (07min 36s). Disponível em: <

http://www.tvecuador.com/index.php?option=com_reportajes&id=976&view=showcanal>.

Acesso em: 15 nov. 2010.

FLORES, Pastoriza. *History of the Boundary Dispute Between Ecuador and Peru*. 1921. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculty of Political Science, Columbia University, New York. BiblioBazaar, 2008.

MARCELLA, Gabriel; DOWNES, Richard (Ed.). *Security cooperation in the Western Hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict*. Coral Gables, Miami: North-South Center Press, 1999.

MARES, David R. *Violent peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. New York : Columbia University Press, 2001.

MARQUES, Adriana A. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

_____. A Amazônia no pensamento militar sul-americano. In: *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: textos selecionados do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. SVARTMAN, Eduardo; ARIAS NETO José Miguel; GODOY, Tânia; ALVES, Vágner Camilo (org.). Campinas: Mercado das Letras, 2010.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Conselho de Defesa Sul-Americano: origens, demandas e propósitos. In: *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: textos selecionados do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. SVARTMAN, Eduardo; ARIAS NETO José Miguel; GODOY, Tânia; ALVES, Vágner Camilo (org.). Campinas: Mercado das Letras, 2010.

ONCE AÑOS de Paz. Documentário de José Luis Quinteros. Quito: *Ecuador TV*. (11min 46s). Disponível em: <<http://www.ecuadortv.ec/ecutopnw.php?c=1500>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

ORTIZ BATALLAS, Cecilia. Indios, militares e imaginarios de nación en el Ecuador del siglo XX. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FLACSO, Quito: Abya-Yala, 2006.

PARODI, Carlos A. *The Politics of South American Boundaries*. Westport: Praeger Publishers, 2002.

SELMESKI, Brian R. "We Are Family" National Metaphors and Popular Opinions of Conscription in Ecuador. In LAST, David M. (Ed.). *Social and Cultural Change*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004. (Challenge and change for the Military).

_____. Indigenous integration into the Bolivian and Ecuadorian Armed Forces. In SOETERS, Joseph; MEULEN, Jan van der. *Cultural Diversity in the Armed Forces: An international comparison*. New York: Routledge, 2007a.

_____. Sons of Indians and Indians Sons: Military Service, Familial Metaphors, and multicultural Nationalism. In CLARK, Kim; BECKER, Marc. *Highland Indians and the State in Modern Ecuador*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007b.

SOLDADOS TIGRES del Ecuador – Terceira Parte. Reportagem de Félix Navaéz e Fernando Ehler, 15 fev. 2009. Quito: *TV Ecuador* (09min 22s). Disponível em: <

http://www.tvecuador.com/index.php?option=com_reportajes&id=982&view=showcanal>.

Acesso em: 15 nov. 2010.

TORRECUSO, Paolo Alves Dantas. O Tratado de Cooperação Amazônica e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: análise da criação evolução e eficácia de um regime internacional. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.